

O BRASIL OCEÂNICO

LUIZ LIRA

Professor Assistente do Deptº

de Pesca da UFRPE

Pesquisador do CNPq

O Brasil, beneficiado com aproximadamente 9,600 quilômetros de litoral banhado pelas águas do Atlântico tem, juntamente com outros países, procurado efetivar o reconhecimento das 200 milhas de mar territorial.

Dentro da política internacional, a questão das 200 milhas vem suscitando polêmicas. Nota-se, contudo, que a oposição das nações poderosas está se atenuando em virtude da coesão cada dia mais sólida das nações do terceiro mundo, quando são postos em questão os assuntos relacionados aos direitos do mar.

Apesar de iniciada em 1973, a Conferência de Direitos do Mar, patrocinada pela Organização das Nações Unidas, encontra-se presentemente num difícil impasse, qual seja a exigência Norte Americana de pleitear para suas empresas a exploração dos nódulos polimetálicos no Oceano Pacífico Oriental.

O Problema da exploração dos recursos minerais marinhos é, juridicamente, muito complexo, principalmente quando se trata de jazidas situadas na "terra de ninguém", ou seja, fora da jurisdição nacional de qualquer país. As nações que não possuem tecnologia para explorar os minérios do leito marinho, advogam a criação de um órgão internacional para controlar a exploração dessas riquezas. Atualmente, dos cento

e cinquenta representantes na Conferência de Direitos do Mar cento, e dez lutam por essa posição.

A verdade é que no mar repousa a grande esperança da humanidade, com seus imensos recursos, ainda basicamente inexplorados e em grande parte desconhecidos,

O país que no futuro dominar os mares do ponto de vista científico e bélico, terá em suas mãos uma fonte inestimável de matéria prima para mover suas indústrias e alimentar a sua população,

No nosso entender, o oceano profundo deve pertencer aos povos que habitam o planeta e não às nações tecnologicamente desenvolvidas,

Antes de homem procurar descobrir o espaço sideral, é preciso que ele procure conhecer os 70% da área da terra submersa pelas massas oceânicas. Não se trata mais de pesquisar o mar por curiosidade ou somente para poder navegar com tranquilidade. É um dever do homem de hoje, conhecer os 2/3 da Terra submersa para legar às gerações futuras um lugar con^u digno nesse planeta em debate.

O malogro pelo qual passam nos dias atuais as negociações dos direitos do mar, é o reflexo da escassez dos recursos minerais dos continentes, como já acontece com o petróleo extraído de rochas terciárias,

Os Estados Unidos, conhecidos até pouco tempo por suas opulentas jazidas de petróleo continental, apenas dispõem de óleo para mais um decênio, assim mesmo se conseguir manter o seu atual consumo. Por isso, o embargo petrolífero pelo mundo árabe abalou sua estrutura econômica,

Antes mesmo da crise política do petróleo, a demanda para suprir as necessidades do mercado internacional levou o homem a buscar o precioso líquido no fundo do mar. Em 1972, a produção de óleo extraído das plataformas submarinas já representava 18% da produção mundial e o seu valor era traduzido em 5 bilhões de dólares ao ano. No mesmo período, operavam ao largo da costa de 75 países, 200 unidades móveis de perfuração, controladas por cerca de 100 companhias de petróleo. Calculava-se que no final daquele mesmo ano o investi-

mento total da indústria do petróleo no mar atingiria a 20 bilhões de dólares. A necessidade obrigou a tecnologia a dar um salto esplendoroso, permitindo a exploração do óleo no ambiente marinho, além da isóbata de 150 metros. Pode-se prognosticar, para logo mais, o avanço de sua exploração na zona de sopés continentais e nas pequenas bacias oceânicas, além de 1.000 metros de profundidade.

Foi o incidente, entre outros, conhecido como a "guerra da lagosta", que enfrentamos com a França há alguns anos passados, e as pesquisas desenvolvidas pela PETROBRÁS, DHN, CPRM e Universidades, que levou a nação olhar por outro ângulo o imenso mar que nos cerca.

Além do petróleo e dos recursos renováveis, como a lagosta, o camarão, o pargo, o voador, a sardinha, as algas e as pitorescas baleias, o mar brasileiro de 200 milhas possui uma gama de importantes minerais repousando sobre o leito marinho. Deve-se citar a importante jazida de sais de potássio, talvez a maior do mundo, na plataforma de Sergipe bem como a ocorrência de domos de sal entre o Estado da Bahia e do Espírito Santo. Importante também mencionar a ocorrência de algas calcárias que formam uma imensa faixa desde o Rio Parnaíba até as proximidades de Cabo Frio,

Essas algas, abundantes na costa pernambucana, são excelentes fontes de carbonato de cálcio para a fabricação do cimento branco, prestando-se também para a alimentação de aves e aditivos na indústria de fertilizantes.

O mais animador em relação a essas algas calcificadas é a sua ocorrência à pouca profundidade e a facilidade de serem dragadas em face do seu estado desagregado.

A criação, no Nordeste, de Cursos de Engenharia de Pesca, exemplo da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Curso de Oceanologia, fundado na cidade do Rio Grande, no sul do País, como ainda as pesquisas de alto nível desenvolvidas pelo Laboratório de Ciências do Mar de Fortaleza e do Centro de Estudos Costeiros e Oceânicos de Porto Alegre, onde funciona o Curso de Pós-Graduação em Geologia Marinha; representa o esforço de abnegados professores brasileiros em preparar mão de obra especializada para concretizar o reconhecimento de nosso mar territorial.